



Câmara Municipal de Santa Isabel

Palácio Vereador Levy de Oliveira Lima

INDICAÇÃO Nº 555/2025

Solicita envio de Projeto de Lei que visa instituir o Programa Municipal de Fitoterapia e a Farmácia Fitoterápica (Farmácia Viva) no Município de Santa Isabel, e dá outras providências.

Senhor Presidente,

Indico ao Senhor Prefeito Municipal a viabilidade de olvidar estudos para enviar a esta Casa de Leis um Projeto de Lei, para aprovação, visando instituir o Programa Municipal de Fitoterapia e a Farmácia Fitoterápica (Farmácia Viva) no Município de Santa Isabel, e dando outras providências.

Para tanto, encaminho-lhe, em anexo, o anteprojeto de lei, por mim elaborado para que sirva de base para o Poder Executivo.

JUSTIFICATIVA

O referido Projeto de Lei tem como objetivo instituir o Programa Municipal de Fitoterapia e a Farmácia Fitoterápica (Farmácia Viva) no Município de Santa Isabel, promovendo a integração das práticas de fitoterapia ao Sistema Único de Saúde (SUS) municipal.

A utilização de plantas medicinais e fitoterápicos é reconhecida pelo Ministério da Saúde como uma prática segura, eficaz e complementar à medicina convencional, contribuindo para a promoção da saúde, prevenção de doenças e bem-estar da população. O programa proposto busca garantir o acesso racional, seguro e integral a essas terapias, respeitando normas sanitárias e boas práticas de manipulação, assegurando a qualidade dos produtos e a segurança dos usuários.

O Programa Municipal de Fitoterapia e a Farmácia Fitoterápica promoverá a educação em saúde, capacitação de profissionais e o desenvolvimento de pesquisas aplicadas em parceria com universidades e centros de pesquisa. A implantação de hortos municipais e laboratórios de manipulação possibilitará a produção local de fitoterápicos, estimulando a sustentabilidade, a rastreabilidade e o aproveitamento responsável dos recursos naturais.

A criação do Comitê Gestor garantirá o acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa, assegurando transparência, efetividade e alinhamento às diretrizes da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e da Portaria nº 886/2010 do Ministério da Saúde, que institui o conceito de Farmácia Viva no SUS.

Portanto, um projeto como esse representa um avanço significativo na política de saúde Municipal, integrando práticas complementares, promovendo o acesso à fitoterapia de forma segura e regulamentada, e fortalecendo o compromisso da Prefeitura de Santa Isabel com a saúde, bem-estar e qualidade de vida da população.

Santa Isabel, 15 de setembro de 2025.

OSVALDO PIMENTA DE ALMEIDA JUNIOR

Vereador



Câmara Municipal de Santa Isabel

Palácio Vereador Levy de Oliveira Lima

ANTEPROJETO DE LEI Nº XXX, DE XX DE XXXXX DE 2025.

Institui o Programa Municipal de Fitoterapia e a Farmácia Fitoterápica (Farmácia Viva) no Município de Santa Isabel, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santa Isabel aprovou, e eu, CARLOS AUGUSTO CHINCHILLA ALFONZO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam instituídos, no âmbito do Município de Santa Isabel, o Programa Municipal de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e a Farmácia Fitoterápica (Farmácia Viva), com vistas a promover, na atenção primária à saúde, o acesso seguro, racional e integral a plantas medicinais, preparações vegetais e fitoterápicos, integrando práticas complementares ao cuidado em saúde.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, entende-se por:

I. Farmácia Fitoterápica (Farmácia Viva): estabelecimento voltado ao cultivo, manejo, processamento, manipulação e dispensação de preparações magistrais, oficinais e fitoterápicos, conforme orientações técnicas do Ministério da Saúde;

II. Programa Municipal de Fitoterapia: conjunto de ações de promoção, cultivo, pesquisa, produção e uso integrado de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS Municipal.

Art. 3º. A Farmácia Fitoterápica será vinculada à Secretaria Municipal de Saúde e poderá ser instalada em Unidade Básica de Saúde (UBS), Centro de Saúde, espaço municipal específico ou em parceria com entidade pública/privada sem fins lucrativos, observado o regime jurídico aplicável.

Art. 4º. Compete à Secretaria de Saúde:

I. elaborar e aprovar o regulamento técnico-operacional do Programa e da Farmácia Fitoterápica;

II. garantir a inclusão dos fitoterápicos na Relação Municipal de Medicamentos (REMUME), quando houver avaliação técnica favorável;

III. capacitar profissionais de saúde e promover campanhas educativas sobre o uso seguro de fitoterápicos;

IV. firmar convênios e parcerias técnicas para cultivo (hortos), processamento e produção, priorizando sustentabilidade e boas práticas.

Art. 5º. A Farmácia Fitoterápica deverá observar:

I. protocolos clínicos e diretrizes técnicas aprovadas pela Secretaria de Saúde;

II. normas e requisitos de boa prática para produção e manipulação de fitoterápicos, bem como registro/notificação quando aplicável, conforme regulamentação da ANVISA.

Art. 6º. A prescrição de fitoterápicos no âmbito do SUS municipal será realizada



Câmara Municipal de Santa Isabel

Palácio Vereador Levy de Oliveira Lima

por profissionais habilitados previstos em protocolos clínicos (médicos, enfermeiros, odontólogos e demais profissionais da equipe de atenção primária, conforme protocolos), observando a legislação profissional e normativas federais. A dispensação e manipulação deverão contar com supervisão farmacêutica quando envolver manipulação.

Art. 7º. É vedada a dispensação ao público de qualquer fitoterápico que não atenda às exigências sanitárias de registro, notificação ou controle conforme a ANVISA, exceto preparações fitoterápicas magistrais produzidas internamente e regulamentadas pelo protocolo municipal, observadas boas práticas.

Art. 8º. A Farmácia Fitoterápica poderá manter:

- I. horta/biotério municipal para cultivo de espécies medicinais;
- II. laboratório de pequena escala para processamento e manipulação de fórmulas, quando autorizado e atendendo requisitos sanitários;
- III. ações de educação popular, oficinas e pesquisa aplicada com universidades e centros de pesquisa.

Art. 9º. As espécies utilizadas deverão ser registradas e rastreáveis; as práticas de colheita, secagem, armazenagem e produção obedecerão às normas de segurança sanitária e preservação ambiental.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Saúde, suplementadas por convênios, parcerias e doações.

Art. 11. Poderão ser celebrados convênios e termos de cooperação técnica com instituições de ensino, centros de pesquisa, organizações da sociedade civil e unidades estaduais/federais, para apoio técnico, infraestrutura e capacitação.

Art. 12. Fica criado o Comitê Gestor do Programa Municipal de Fitoterapia, composto por representantes da Secretaria de Saúde, Conselho Municipal de Saúde, profissionais de saúde, farmacêuticos e representantes da comunidade, com competências de monitoramento, aprovação de protocolos e avaliação de resultados.

Art. 13. A Secretaria de Saúde deverá elaborar relatório anual de atividades com indicadores de acesso, segurança, efetividade e custo-efetividade, que será apresentado ao Conselho Municipal de Saúde.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da sua publicação.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Isabel, xx de xxxxxx de 2025.

CARLOS AUGUSTO CHINCHILLA ALFONZO
Prefeito Municipal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4F56-CDCF-0DF2-A6EA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



OSVALDO PIMENTA DE ALMEIDA JUNIOR (CPF 424.XXX.XXX-06) em 17/09/2025 10:16:12

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmsantaisabel.1doc.com.br/verificacao/4F56-CDCF-0DF2-A6EA>